Sexta-Feira, 20 de Novembro de 2026

Inflação acumulada do ano atinge 4,83% e ultrapassa o teto da meta do país em 2024

PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS

Metrópoles

Os preços de bens e serviços do país avançaram 0,52% em dezembro — o que representa **uma alta de 0,13** ponto percentual em comparação a novembro (0,39%). O Brasil tem inflação acumulada de 4,83%, confirmando o estouro da meta em 2024.

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — que mede a inflação oficial do país —, divulgado nesta sexta-feira (10/1) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A meta para 2024 era de 3%, com variação de 1,5 ponto percentual – ou seja, piso de 1,5% e teto de 4,5%. O objetivo é estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), formado pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central (BC).

É a oitava vez desde que o sistema de metas de inflação foi implantado no Brasil, em 1999, que o alvo para o IPCA é descumprido.

O que é IPCA:

* Refletindo o custo de vida e o poder de compra do cidadão brasileiro, o IPCA é calculado desde 1979 pelo IBGE.
* O IPCA é considerado o termômetro oficial da inflação no país e é usado pelo Banco Central para ajustes na taxa básica de juros, a Selic.
* Ele mede a variação mensal dos preços na cesta de vários produtos e serviços, comparando-os com o mês anterior. A diferença entre os dois itens da equação representa a inflação do mês observado.
* O IPCA tem por meta pesquisar dados nas cidades, de forma a englobar 90% das pessoas que vivem em áreas urbanas no país.
* O índice pesquisa preços de categorias como transporte, alimentação e bebidas, habitação, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação, comunicação, vestuário, artigos de residência, entre outros.

Principais impactos no IPCA de 2024

O resultado de 2024 foi influenciado principalmente pelo grupo Alimentação e Bebidas (7,69%), que teve o maior impacto (1,63 ponto percentual) no acumulado do ano. Na sequência, vieram Saúde e Cuidados Pessoais (6,09%) e Transportes (3,30%), com impactos de 0,81 p.p. e 0,69 p.p., respectivamente. Os três grupos juntos responderam por, aproximadamente, 65% do resultado do ano.

O resultado do grupo Alimentação e Bebidas foi influenciado pela alta nos preços da alimentação no domicílio (8,23%). Os principais destaques foram:

1. carnes (20,84%);
2. café moído (39,60%);
3. leite longa vida (18,83%); e
4. frutas (12,12%).

No que se refere às carnes, foram registrados recuos em seis dos doze meses de 2024. Os preços do café moído apresentaram trajetória de alta ao longo de todo o ano.

No mesmo sentido, a alimentação fora do domicílio subiu 6,29%, com aumento de 5,70% da refeição e de 7,56% do lanche.

Em Saúde e Cuidados Pessoais (6,09%), a maior contribuição veio do plano de saúde (7,87%). Em junho, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) fixou o teto para reajuste dos planos individuais novos em 6,91% para o período de maio de 2024 a abril de 2025. A partir de outubro, passaram a ser incorporadas as frações referentes aos planos antigos, com vigência retroativa a partir de julho.

O IBGE destacou ainda a alta de 5,95% dos produtos farmacêuticos — em 31 de março de 2024, passou a valer o reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos — e de 4,22% nos itens de higiene pessoal.

Nos Transportes (3,30%), o destaque ficou para a alta da gasolina (9,71%), subitem de maior peso (4,96%) entre os 377 subitens que compõem o IPCA, e responsável pelo maior impacto em 2024. Na sequência, sobressaem o etanol (17,58%), o conserto de automóvel (5,88%) e o automóvel novo (2,85%).

Em Habitação (3,06%), as principais contribuições positivas vieram do condomínio (6,25%), do aluguel residencial (3,45%), da taxa de água e esgoto (5,17%) e do gás de botijão (7,04%). A energia elétrica residencial, segundo subitem de maior peso no IPCA, fechou o ano com redução de 0,37%.

Cabe ressaltar que em 2024 vigoraram todas as bandeiras tarifárias: bandeira verde (sem cobrança de tarifa): janeiro a junho, agosto e dezembro; bandeira amarela (adicional de RS1,885 a cada 100 Kwh): julho e novembro; bandeira vermelha patamar 1 (adicional de RS4,463 a cada 100 Kwh): setembro; bandeira vermelha patamar 2 (adicional de RS7,877 a cada 100 Kwh): outubro.

São Luís (6,51%) foi a área com a maior variação em 2024, influenciada principalmente pelas altas da gasolina (14,24%) e das carnes (16,01%). O menor resultado, por sua vez, ocorreu em Porto Alegre (3,57%), com destaque das quedas da cebola (-42,47%), do tomate (-38,58%) e das passagens aéreas (-16,94%).

A inflação no ano para o mercado

No último relatório Focus de 2024, os analistas financeiros apostaram que o IPCA fecharia o ano em 4,89% e que os preços de bens e serviços do país deveriam avançar 0,58% em dezembro. Com isso, o índice fecharia acima dos 4,5%.

Além do mercado, o próprio BC, que tem o papel de controlar o avanço da inflação por meio da taxa de juros (a Selic), admitiu que a meta seria descumprida em 2024. Em relatório publicado em dezembro, a autoridade monetária informou que a probabilidade de a inflação estourar o teto da meta de 2024 era de 100% — a estimativa anterior (de setembro) era de 36%.

Para os anos seguintes, o BC elevou as projeções da seguinte forma:

* 2025: passou de 28% para 50%; e
* 2026: subiu de 19% para 26%.

Com o descumprimento da meta, o Banco Central precisa divulgar uma carta aberta ao titular da Fazenda e presidente do Conselho Monetário Nacional — no caso, ao ministro Fernando Haddad — explicando as razões para o estouro. Isso porque a autoridade monetária é responsável pelo controle da inflação, por meio da taxa básica de juros, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) a cada 45 dias.

Segundo a assessoria do BC, a carta aberta a será publicada às 18h desta sexta.

Meta contínua

No ano passado, houve mudança na sistemática da meta de inflação, que passou de ano-calendário para meta contínua, definida com três anos de antecedência. Porém, esse modelo só será efetivamente adotado a partir deste ano de 2025.

De 1999 a 2024, a meta se refere à inflação do ano-calendário. Entre 1999 e 2018, o CMN definia em junho a meta para a inflação de dois anos-calendário à frente e, entre 2019 e 2023, para três anos-calendário à frente.

A partir deste mês de janeiro, visando se adequar às melhores práticas e à experiência internacional, a meta passa a se referir à inflação acumulada em 12 meses, apurada mês a mês, conhecida como “meta contínua”.

Por exemplo, em janeiro de 2025, a inflação acumulada em 12 meses é comparada com a meta e seu intervalo de tolerância. Em fevereiro, realiza-se o mesmo procedimento, e assim por diante. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo e não fica mais restrita ao mês de dezembro de cada ano.

Se a inflação ficar fora do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos, ocorre o descumprimento da meta. A utilização desse período evita a caracterização de descumprimento em situações de variações temporárias na inflação.

Esse é o caso, por exemplo, de um choque em preços de alimentos que faça com que a inflação fique fora do intervalo de tolerância por apenas alguns meses.

PT contra a meta

Integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) já teceram críticas à meta de inflação. Entre eles, inclui-se a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Antes da alteração no sistema da meta inflacionária, ela defendeu a mudança do centro da meta, que, na opinião dela, teria sido fixado “irrealisticamente” antes do atual governo Lula.